



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO

CARGO:

POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

APLICAÇÃO: 1.º/7/2005

CURSO DE FORMAÇÃO **3.ª Turma – 2.ª Prova**

**Centros de Formação Regional de Aquidauana/MS,
Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS e Rio de Janeiro/RJ**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **oitenta** itens, correspondentes à segunda prova do Curso de Formação, 3.ª Turma, corretamente ordenados de **1 a 80**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 4 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração da prova é de **3 horas e 15 minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I **1.º/7/2005**, a partir das 14 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II **2 e 3/7/2005** – Recursos (prova objetiva): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III **13/7/2005** – Resultado final da segunda prova do Curso de Formação: locais mencionados no item I e Diário Oficial da União.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 12 do Edital n.º 1/2003 – PRF, de 21/10/2003 e no item 4 do Edital n.º 43/2005 – PRF, de 10/5/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 80** se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.
- A fim de facilitar o trabalho de julgamento de cada item, considere que, nos itens em que aparecer, a sigla PRF significará Polícia Rodoviária Federal ou policial rodoviário federal, conforme o contexto em que for utilizada.
- Os itens desta prova devem ser julgados exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação, deixando de parte quaisquer divergências entre esta e outras fontes.

PROVA OBJETIVA

Diariamente, ocorrem acidentes de trânsito nas estradas brasileiras, trazendo como conseqüências danos materiais, físicos e emocionais, gerando problemas financeiros e jurídicos a inúmeras pessoas. Os envolvidos sofrem diversos ferimentos e vidas são ceifadas, deixando familiares e amigos com dores irreparáveis. Por meio do Boletim de Acidente de Trânsito (BAT) do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) e das estatísticas dos acidentes, é possível uma análise dessas conseqüências. Mas quais são as causas dos acidentes de trânsito? Em primeira análise, as principais causas são o excesso de velocidade e o desrespeito à sinalização e às normas de trânsito. Essas causas são caracterizadas como imprudência, imperícia e negligência de alguns condutores. Isso demonstra que a causa básica de todos os acidentes de trânsito está diretamente relacionada à falha humana, embora, em menor escala, falhas mecânicas também possam ocasionar acidentes, mesmo quando há manutenção preventiva do veículo.

Tendo o texto acima como referência, julgue os itens que se seguem, a respeito de acidentes de trânsito.

- | | |
|--|---|
| <p>1 Para a elucidação de acidente de trânsito, as atribuições do DPRF incluem a realização de perícias, o levantamento de locais e a emissão de boletins de ocorrências, além das investigações e dos testes de dosagem alcoólica. São também de competência do DPRF o julgamento e a conciliação de causas de acidentes de trânsito cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.</p> <p>2 Considere que, em uma rodovia federal, de grande fluxo de tráfego, tenha ocorrido choque frontal de dois veículos leves, o que ocasionou a morte de todos os seus ocupantes. Não houve testemunha do acontecido e os destroços dos veículos obstruíram a via, o que causou grande engarrafamento em ambos os sentidos da rodovia. Nessa situação, apesar de todo o transtorno, o PRF não pode autorizar a retirada dos veículos do leito da via pública, antes do completo exame do local.</p> <p>3 Ao tomar conhecimento de um acidente, o PRF deve, após obter todas as informações possíveis, comparecer ao local, com todo o material necessário, previamente testado, acondicionado na viatura. O seu deslocamento para o local do acidente deve ocorrer o mais rápido possível, dentro de padrões de segurança, mantendo o PRF as sirenes, os faróis e as luzes intermitentes da viatura ligados.</p> | <p>4 Considere que, em uma rodovia federal, de pista simples, com 3 m de largura, de velocidade máxima igual a 100 km/h, em um local em que a média de veículos passando por hora é de 150 veículos, tenha ocorrido um acidente e que a equipe dos PRF deve fazer a sinalização da área para os procedimentos de atendimento. Nesse caso, as áreas de segurança, de acumulação e de transição devem medir, aproximadamente, 50 m, 750 m e 90 m, respectivamente.</p> <p>5 Na análise de um acidente de trânsito, o depoimento de testemunhas pode esclarecer muitos fatos e permitir que a investigação se desenvolva com sucesso. O PRF deve estar atento às informações contraditórias, principalmente as fornecidas pelos condutores dos veículos envolvidos no acidente, que querem, geralmente, cada um a seu modo, livrar-se da culpa pelo acidente. Nesse caso, o PRF deve procurar esclarecer as informações contraditórias, comprovar ou desmentir aquelas que deixam alguma dúvida a fim de determinar, de forma segura e fundamentada, em que circunstâncias o acidente ocorreu.</p> <p>6 No levantamento do sítio de um acidente de trânsito, os itens a serem identificados incluem as condições da via, o seu traçado e a localização exata do acidente.</p> <p>7 O desenrolar do processo judicial relativo a um acidente de trânsito com vítima, muitas vezes, requer a reconstituição do fato e, visando a maior objetividade e perfeição do processo, o PRF, durante a investigação realizada após os atendimentos urgentes e necessários, deve medir a posição dos veículos envolvidos, dos corpos ou de suas partes e outros vestígios, sempre em relação a pontos fixos previamente escolhidos. Esse procedimento constitui a amarração dos elementos aos pontos fixos. Se não for possível encontrar dois ou mais pontos fixos para a amarração, o PRF deve lançar mão do triângulo de amarração (TA), um triângulo virtual, com todos os lados iguais a 3 metros, que permite reproduzir a cena do acidente.</p> <p>8 Para a confecção do BAT, é indispensável a representação do acidente por meio de croqui, elaborado pelo PRF durante a investigação do acidente de trânsito. No caso de haver vítima, a amarração é obrigatória mesmo nos casos em que o local do acidente foi desfeito, o que se caracteriza pela ausência da posição de repouso dos veículos envolvidos.</p> |
|--|---|

- 9** Considere que um veículo sofra acidente comprovadamente por defeito em seus sistemas de direção e de freio. Nesse caso, o veículo acidentado é enquadrado como de média monta.
- 10** O BAT, instituído na Instrução Normativa n.º 1/2004 e retificado na Instrução Normativa n.º 3/2004, destina-se ao registro de dados relativos aos acidentes de trânsito ocorridos em rodovias ou estradas federais que tenham sido atendidos pelos PRF. Esse documento é constituído por cinco formulários, numerados de folha B-1 a folha B-5. A folha B-3 destina-se ao registro das informações do veículo e de seu condutor, além da caracterização dos danos, e deve ser preenchida uma folha B-3 para cada veículo envolvido no acidente.
- 11** Um formulário usado pelo DPRF é o denominado Autorização para o Trânsito de Veículo Acidentado (ATVA), que se destina à emissão de autorização para o tráfego ou transporte de veículo envolvido em acidente. A ATVA pode ser emitida no local do acidente ou em qualquer unidade do DPRF, desde que tenha sido confeccionado o BAT.

A finalidade da fiscalização de transporte de passageiros e de cargas é assegurar a qualidade e a segurança dos serviços pela verificação da observância das normas técnicas constantes da legislação em vigor. Deve-se manter uma fiscalização permanente do serviço visando coibir o transporte irregular, aplicando penalidades, procedendo à revisão de tarifas e zelando pela boa qualidade dos serviços prestados. São de extrema importância a manutenção de banco de dados atualizado do setor e a realização de estudos, relatórios e pareceres técnicos para subsidiar a formulação de políticas, planos e programas, visando à tomada de decisões. Com relação à fiscalização de transportes de passageiros e de cargas, julgue os itens subseqüentes.

- 12** Considere a seguinte situação hipotética.

Marcelo, motorista da empresa de transportes de passageiros Viação Leva Todos, com o objetivo de aumentar sua renda, de forma irregular e desonesta, fazia o transporte de passageiros e cobrava pelo serviço, mas, para alguns passageiros adultos, ele não emitia o bilhete de passagem, apropriando-se, por conseguinte, do valor cobrado. Apesar da reclamação desses passageiros, Marcelo argumentava que agia com autorização do dono da empresa. Em uma fiscalização, o PRF obteve a declaração de vários passageiros que confirmaram a não-emissão do bilhete de passagem.

Nessa situação, o PRF deve preencher o Auto de Infração (AI), especificando a infração no campo de observações, reter o veículo para que seja feita a emissão devida dos bilhetes, e, após a emissão e não constatada outra infração, liberar o veículo.

- 13** Considere a seguinte situação hipotética.

Mário, motorista da empresa de transportes de passageiros Viação Chega Rápido, no decurso de uma viagem, parou o veículo em um posto de abastecimento localizado às margens de uma rodovia federal para almoçar. Durante o almoço, Mário encontrou amigos de infância que viajavam em veículo próprio e haviam parado para abastecer o veículo. Esse encontro levou a um atraso considerável da viagem, o que causou transtorno a vários passageiros, que solicitaram a presença do PRF para comunicar o fato e tomar alguma providência cabível.

Nesse caso, o PRF, após coletar declarações de vários passageiros, deve preencher o AI especificando o ocorrido no campo de observações, reter o veículo e solicitar que a empresa envie novo veículo, uma vez que o atual se encontra sobre responsabilidade do motorista em questão.

- 14** A empresa transportadora pode, a seu critério, contratar, sem vínculo empregatício firmado com a transportadora, motorista para conduzir seus veículos de transporte de passageiros.
- 15** O espaço no bagageiro dos veículos de transporte de passageiros deve ser prioritariamente ocupado pela bagagem dos passageiros e pelas malas postais. A transportadora pode ocupar o espaço remanescente com o transporte de encomendas, desde que obedecidas normas vigentes, entre as quais se inclui a observância do peso bruto máximo do veículo.

Uma das principais atribuições do PRF é a orientação e a repressão dos condutores de veículos de carga no sentido de evitar os excessos nas rodovias federais. O excesso de peso transportado provoca a destruição rápida da via, encurtando a sua vida útil e trazendo um aumento tanto nas contas do governo como no número de acidentes. Acerca desse assunto, julgue os seguintes itens.

- 16** De acordo com a Resolução n.º 12/1998, do CONTRAN, as dimensões autorizadas para veículos, com ou sem carga, excluindo aqueles especialmente projetados para o transporte de carga indivisível, são largura máxima de 2,60 m; altura máxima de 4,40 m; comprimento total para veículos simples de 14 m; comprimento total para veículo articulado de 18,15 m; e comprimento total para veículo com reboque de 19,80 m.
- 17** A distância entre eixos, prevista na Resolução n.º 12/1998, do CONTRAN, é a medida de centro a centro das rodas dos eixos dos extremos dos veículos. Com relação aos veículos simples de transporte de passageiros, com motor traseiro, o maior limite para o balanço traseiro corresponde a 71% da distância entre eixos.

- 18** Em todos os veículos de carga ou de transporte de passageiros, devem estar indicados a tara, a lotação, o peso bruto total, o peso bruto total combinado e a capacidade máxima de tração, conforme a especificidade do veículo. Nos veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros, licenciados após 31/8/1998, recomenda-se que essa indicação fique em uma placa colocada na parte interna do vidro traseiro, para facilitar a visão dos passageiros que entram no veículo.
- 19** No campo 7 do Auto de Infração e Notificação de Autuação, os campos correspondentes a equipamento utilizado referem-se aos equipamentos utilizados no veículo que está sendo fiscalizado, tais como tacógrafo, radiocomunicador e equipamentos de primeiros socorros.
- 20** No campo 8 do Auto de Infração e Notificação de Autuação — Observações —, o agente de trânsito deve lançar as informações colhidas de testemunhas para resguardo em caso de recurso por parte do condutor. Essas informações incluem, além dos dados referentes às testemunhas, a verificação do uso ou não do cinto de segurança pelo condutor, da validade de sua carteira nacional de habilitação e do devido licenciamento do veículo.

Os itens de **21** a **25** devem ser julgados com base na apostila pertinente à disciplina Fiscalização de Produtos Perigosos do curso de formação profissional, deixando de parte quaisquer outras fontes de consulta.

- 21** A fiscalização do transporte rodoviário de produtos perigosos pela PRF está totalmente amparada no artigo 41 do Regulamento para o Transporte de Produtos Perigosos, Decreto n.º 96.044/1988.
- 22** Toda fiscalização, bem como todo acidente envolvendo veículo transportador de produto perigoso, deverá ser registrada no campo Relatório Resumido do ROD ON LINE, a fim de constar na Resenha Operacional Diária do DPRF.
- 23** O Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos a granel, do veículo e dos equipamentos, é expedido pela ABNT ou entidade por ela credenciada, sendo a sua validade não superior a três anos, admitindo-se também o Certificado Internacional de Capacitação para Veículos Estrangeiros.
- 24** Na tabela de identificação de incompatibilidade entre produtos perigosos, a letra X significa incompatível; a letra C significa incompatível apenas para os produtos da subclasse 5.2 com os seguintes números da ONU: 3101, 3102, 3111 e 3112.
- 25** Em uma fiscalização, ao se analisar o item Manutenção do Equipamento, deve-se considerar aqueles equipamentos relativos a transporte, contenção, carga, descarga e transbordo de produtos perigosos e também aqueles previstos pelo Código de Trânsito Brasileiro.

Os itens de **26** a **30** devem ser julgados com base na apostila pertinente à disciplina Identificação Veicular do curso de formação profissional, deixando de parte quaisquer outras fontes de consulta.

- 26** A NBR 6.066/1980 regulamenta a numeração de chassi composta de 17 caracteres, dividida em três seções para os veículos nacionais, a saber: seção WMI — composta de 3 caracteres, identifica o continente, o país e o fabricante; seção VDS — composta de 6 caracteres, identifica as características gerais do veículo; seção VIS — composta de 8 caracteres, identifica o ano de fabricação/modelo, o local de fabricação e a identificação individual do veículo.
- 27** Na tabela de identificação do ano de fabricação ou ano-modelo, as letras K, W e Y correspondem, respectivamente, aos anos 1989, 2000 e 1998.
- 28** De acordo com a resolução pertinente, a gravação do número completo do chassi, além de obedecer à NBR 6.066/1980, deve ser feita em, no mínimo, dois pontos do veículo, em profundidade mínima de 0,1 mm.
- 29** Na numeração de chassi composta de 17 caracteres, o caractere correspondente à identificação do fabricante de veículo nacional corresponde à primeira letra do nome adotado por esse fabricante no Brasil.
- 30** Se a numeração de chassi composta de 17 caracteres de um veículo de fabricação nacional é iniciada pelos caracteres 9BFL, é correto afirmar que se trata de um veículo conversível fabricado pela Ford.

Os itens de **31** a **35** devem ser julgados com base na apostila pertinente à disciplina Combate ao Narcotráfico do curso de formação profissional, deixando de parte quaisquer outras fontes de consulta.

- 31** O fenômeno denominado dependência física corresponde à necessidade que o dependente sente de aumentar progressivamente a dose da droga, para poder continuar a sentir os mesmos efeitos. Nesse sentido, há indivíduos que ficam tão dependentes que chegam a suportar doses que seriam suficientes para matar um indivíduo normal.
- 32** O cloridrato de cocaína — um pó cristalino de cor branca que, geralmente, apresenta aproximadamente 98% de teor de pureza — é uma droga de altíssimo valor comercial no submundo do tráfico de drogas, podendo ser injetada, inalada ou fumada como cigarro ou sob a sua principal forma de consumo, a pedra de *crack*.
- 33** Considere que um PRF, ao proceder uma fiscalização, deparou-se com material sólido que acreditou ser *crack* e, para certificar-se, verificou se esse material era solúvel em água. Nesse caso, se o material for solúvel em água, o PRF deverá descartar a possibilidade de tratar-se de *crack*.
- 34** As anfetaminas causam dependências física e psíquica e sua privação abrupta pode conduzir ao aparecimento de uma fadiga crônica e de uma necessidade de sono que estavam escondidas pelo uso dos anfetamínicos.
- 35** Nas ocorrências de tráfico ou uso de drogas para as quais esteja prevista prisão em flagrante, esta só ocorrerá se estiverem presentes todos os elementos essenciais: condutor, substância ilícita, testemunhas e infrator.

A PRF possui diversas atribuições. Quanto ao aspecto operacional, compete à PRF a realização do patrulhamento ostensivo das rodovias federais, prestar atendimento a vítimas de acidentes, cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito e combater a criminalidade. Existem dois aspectos relevantes para o desenvolvimento das atividades operacionais: o policiamento e a fiscalização. Com relação ao policiamento e à fiscalização, julgue os itens que se seguem.

- 36** As ações de policiamento voltadas para o trânsito visam verificar as infrações de trânsito cometidas pelos motoristas.
- 37** A identificação veicular, atividade de fiscalização que visa verificar o cumprimento das normas referentes ao serviço operacional de rotina, consiste na verificação da autenticidade e da validade dos documentos de porte obrigatório dos veículos, de seus condutores e dos documentos necessários para situações específicas.
- 38** Na ação operacional de policiamento, compete à PRF atuar no combate à criminalidade, posto que as ações voltadas à apreensão de entorpecentes, à prisão de foragidos e criminosos ou à apreensão de armas estão compreendidas entre as atividades operacionais da PRF.
- 39** A fiscalização de equipamentos obrigatórios corresponde à verificação da existência e do funcionamento dos equipamentos exigidos pela legislação para a circulação dos veículos nas vias públicas.

Determinada viatura do DPRF saiu de seu posto de apoio para realizar um serviço de ronda em uma pista de rolamento com várias faixas. Durante a ronda, um veículo de passeio ultrapassou a viatura com velocidade acima da permitida para a via e pela faixa mais à direita. Para alcançar o veículo do motorista infrator das normas de trânsito, a viatura do DPRF que trafegava na faixa mais à esquerda, aumentou a velocidade. Porém, como as condições de tráfego eram ruins, com muitos caminhos que trafegavam em baixa velocidade e diversos automóveis de passeio que faziam ultrapassagens perigosas, e, também, as condições da pista no trecho específico eram ruins, com muitos buracos e sem acostamento, a viatura encontrou uma série de dificuldades para acompanhar o infrator, o que provocou algumas ultrapassagens perigosas, que punham em risco outros automóveis que também trafegavam pela via.

A partir do texto acima, julgue os itens a seguir, observando as normas de deslocamento em ronda ou patrulha.

- 40** Ao trafegar pela pista mais à esquerda, a viatura utilizava o procedimento mais adequado para pista de rolamento com várias faixas, consistindo em uma forma de impor aos veículos da faixa de maior velocidade o respeito à velocidade máxima da via.
- 41** Conforme as normas de deslocamento, a viatura em ronda deve acompanhar o infrator mesmo que haja riscos potenciais, pois o objetivo principal da equipe deve ser, por meio da abordagem do infrator, evitar que ele continue circulando com seu veículo acima da velocidade permitida e cause riscos ainda maiores.
- 42** Na ronda, o deslocamento do PRF deve respeitar as normas de trânsito, concorrendo para aumentar a eficiência e o prestígio da corporação.
- 43** O deslocamento de uma viatura, quando está em ronda, deve ser realizado em velocidade que permita à viatura da PRF observar e ser observada, por uma quantidade máxima de veículos em trânsito.

Acerca do procedimento operacional do DPRF, julgue os itens seguintes.

- 44** A fiscalização estática exercida pelos policiais, quando nos postos de apoio, barreiras e pontos estratégicos, objetiva principalmente a antecipação das infrações do motorista, além de detectar e autuar infratores.
- 45** Quando um acidente ocorre em período noturno e interrompe uma das faixas de uma pista de rolamento, a viatura da PRF deve ser posicionada sobre a faixa interrompida, perpendicularmente ao eixo da rodovia, com luzes de sinalização intermitentes ou giratórias acionadas.
- 46** Quando estiver realizando orientação de trânsito, a viatura da PRF deverá estar posicionada de forma perfeitamente visível pelas correntes de tráfego, e funcionar como elemento disciplinador pela ação da presença.

Quanto à competência e às rotinas operacionais, julgue os itens a seguir.

- 47** Compete ao chefe da equipe de posto manter contato com adjunto e(ou) auxiliar da equipe de posto, para ter conhecimento de todas as ocorrências verificadas no turno anterior e dos problemas pendentes de solução, determinar ao adjunto que efetue os deslocamentos necessários, ler e passar vistos nos livros de registro, além de passar vistos de inspeção nas pastas diárias.
- 48** Compete ao motorista da equipe de ronda sinalizar devidamente os locais de acidente, orientar o trânsito na área, auxiliar na amarração do acidente, conduzir vítimas ao hospital e tomar as demais providências necessárias no atendimento de acidente.

A PRF utiliza diversos equipamentos para realizar suas atividades operacionais. Portanto, é fundamental conhecer, caracterizar e utilizar corretamente os equipamentos operacionais. Julgue os itens que se seguem, observando a classificação dos equipamentos.

- 49** O bastão extensivo tático é um equipamento auxiliar.
- 50** A joelheira é um equipamento de segurança.

O auto de infração é a peça informativa que subsidia a autoridade de trânsito na aplicação da penalidade. Nesse sentido, deve registrar com riqueza de detalhes os fatos que levaram o agente a registrar a infração. Com relação aos procedimentos corretos para o preenchimento de um auto de infração, julgue os itens subsequentes.

- 51** Se a infração decorrente de um mesmo fato for de responsabilidade de mais de um infrator, todos os responsáveis deverão ser registrados em um mesmo auto de infração.
- 52** O cabeçalho do auto de infração e notificação da autuação identificará o autor da infração e o veículo por ele conduzido, o órgão atuador, os amparos legais, a numeração do auto de infração com o código de barras e o tipo de autuação.
- 53** O condutor deve ser informado de que a assinatura é a comprovação do recebimento da 2.^a via do auto de infração e notificação da autuação, e não a concordância com a autuação. Se ainda assim o condutor não assinar, este campo deve ficar em branco e o agente deve registrar que ele não assinou ou recusou-se a assinar, mas, ainda assim, a segunda via deve ser entregue ao condutor.

Tales, servidor público, trabalhava no departamento de informática de um órgão federal. Ele cobrava 40% do valor das multas aplicadas pelo órgão a terceiros para excluí-las, indevidamente, do sistema eletrônico de processamento de multas. Além desse fato, Tales retirava peças dos computadores em bom estado, as substituía por peças usadas e as vendia para terceiros.

Com relação à situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

54 Por ter excluído indevidamente dados do sistema eletrônico de processamento de multas, com vantagem para si, Tales cometeu crime contra a administração pública.

55 Por ter subtraído peças dos computadores, Tales deve responder por furto, que é um crime contra o patrimônio, nesse caso, o patrimônio público.

56 Tales pode responder pelo crime de corrupção passiva.

Quando um policial realiza ato de prisão, deve efetuar-la dentro da legalidade para não responder por abuso de autoridade. A prisão pode ser efetuada por ordem judicial, em caso de flagrante delito ou de recaptura de réu foragido. Quanto às regras referentes à prisão, julgue os itens que se seguem.

57 A prisão processual ou provisória é a que resulta de mandado judicial ou de flagrante e se justifica como medida imprescindível para assegurar o império da lei penal.

58 Um indivíduo que comete delito de trânsito, causando dano a outra pessoa, não pode ser preso em flagrante se prestar socorro à vítima.

59 Considera-se em flagrante delito o indivíduo que for encontrado, logo após a ocorrência da infração, portando instrumento, armas, objetos ou documentos que façam presumir ser ele o autor do delito.

Os denominados remédios jurídicos constitucionais são os meios colocados à disposição dos indivíduos pela Constituição Federal (CF) para a proteção de seus direitos fundamentais. Acerca desses remédios jurídicos, julgue os itens seguintes.

60 Considere que determinada entidade governamental tenha se negado a prestar a um cidadão informações relativas à sua pessoa, constantes em banco de dados da entidade. Nesse caso, o cidadão pode utilizar-se do mandado de segurança para ter assegurado o direito de acesso às referidas informações.

61 A ação civil pública é posta à disposição de qualquer cidadão para tutela do patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, da moralidade administrativa, do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural.

62 O mandado de injunção é previsto pela CF para a tutela de direitos inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania que não possam ser exercidos em razão de falta de norma regulamentar.

Considera-se ato administrativo toda manifestação unilateral de vontade da administração pública que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos ou impor obrigações aos administrados ou a si própria. Quanto aos pressupostos dos atos administrativos, julgue o item que se segue.

63 O motivo, ou causa, corresponde à consecução de um resultado de interesse público e é estabelecido, ainda que implicitamente, na norma.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca de relações humanas, seguida de uma assertiva a ser julgada.

64 Marta, policial rodoviária federal (PRF), é uma servidora que tem habilidade de compreender os outros. Ela sabe conviver bem com as pessoas. Nessa situação, depreende-se que Marta detém essas habilidades porque ela desenvolve a inteligência intrapessoal.

65 Angélica é capaz de perceber o que os outros estão sentindo, de se colocar na posição do outro e experimentar as mesmas sensações vivenciadas pelas outras pessoas com as quais se relaciona. Essa habilidade de Angélica favorece seus relacionamentos interpessoais. Nessa situação, a habilidade envolvida é a empatia.

66 Rivelino sabe conduzir suas emoções no trabalho em direção ao alcance dos objetivos propostos e demonstra interesse no desenvolvimento de suas atividades. Nessa situação, essas informações indicam que Rivelino é uma pessoa automotivada.

67 Mônica, PRF há apenas um ano, manifesta, freqüentemente, atitudes próprias de quem forma impressões sobre outras pessoas com base em características isoladas. Nessa situação, Mônica está cometendo o erro de percepção de efeito de aura.

68 Joaquim exerce uma atividade em que está sujeito a constantes pressões e prazos exíguos para a realização das tarefas. Por isso, Joaquim se mostra tenso, mal-humorado e inquieto no ambiente de trabalho e permanece inerte quanto a esse estado. Nessa situação, Joaquim encontra-se na primeira fase do estresse e, se ele não tomar conhecimento de seu estado e se resistir a essa tomada de consciência, o estresse pode instalar-se, trazendo prejuízos à sua qualidade de vida.

Julgue os próximos itens, relativos a aspectos essenciais das relações humanas no trabalho.

- 69** A liderança, processo que não depende somente do líder, enseja o comprometimento e a aceitação da liderança por parte dos liderados.
- 70** Uma equipe, para ser eficaz, precisa trabalhar as competências de integração e criar regras para a boa convivência sem que se imponham limites nas relações interpessoais no ambiente de trabalho.
- 71** De modo geral, em épocas de crise, os membros de um grupo rejeitam a liderança, devido à insegurança do momento.

As pessoas com deficiência representam no Brasil mais um dos segmentos da população em busca de reconhecimento de seu valor como pessoas humanas. Ao lado das mulheres, dos afrodescendentes e de outros grupos considerados às vezes minorias e às vezes indivíduos vulneráveis, seguem a trilha da superação do preconceito e da discriminação. Já evoluímos muito, bastando voltarmos três ou quatro décadas atrás, na vida de cada um, ou do conjunto de brasileiros e brasileiras portadores de algum tipo de deficiência. Portanto, estamos falando de uma mudança na sociedade, na maneira como esta sociedade encara e convive com o grupo de pessoas com deficiência: como as pessoas não-deficientes percebem nas pessoas com deficiência algo de semelhante, de próximo, de pertencimento à mesma tribo de cidadãos, quem sabe, de irmãos.

Izabel de Loureiro Maior. **Deficiência sob a ótica dos direitos humanos**. In: José Geraldo de Sousa Jr. *et al.* (orgs.) **Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade**. Porto Alegre: Síntese, 2004, p. 241 (com adaptações).

Considerando o tema do texto acima e as informações da apostila Direitos Humanos do curso de formação profissional, julgue os itens que se seguem.

- 72** Os chamados grupos vulneráveis são protegidos no Brasil, em reconhecimento das dificuldades enfrentadas por esses grupos no país e devido a pressões internacionais, como uma tentativa de diminuir os preconceitos existentes.
- 73** No que se refere aos portadores de necessidades especiais, é correto afirmar que a ação dos policiais em caso de prisão desses indivíduos deve primar pelo respeito às diferenças e ser executada de forma criteriosa, para minimizar as necessidades desses cidadãos.

- 74** Considere que Pedro, um policial, tenha flagrado Sílvia, menor de idade, cometendo um furto. Nesse caso, Sílvia deve ser mantida em local separado dos adultos e ser revistada por Pedro, por ser este o responsável por sua detenção.

Julgue os itens seguintes, referentes aos direitos humanos, com base na apostila utilizada no curso de formação profissional.

- 75** No estado de direito, a soberania da lei submete tanto os indivíduos comuns quanto os governantes à autoridade legal, fato que caracteriza as nações contemporâneas.
- 76** A privação da liberdade é um recurso legítimo do Estado na promoção da segurança pública, e o policial, quando realizar a prisão de alguém, deve informar ao detido a razão da prisão, comunicar o registro da prisão ao preso e a seu advogado, além de acompanhar a conversa entre preso e advogado, para que essa possa, posteriormente, ser relatada ao juiz pelo policial responsável.
- 77** Considere que Paulo tenha sido condenado por crime de roubo por juízo de primeira instância. Inconformado com a decisão, Paulo utilizou-se de todas as formas de recurso disponíveis, até que a sentença condenatória transitou em julgado. Nessa situação, é correto afirmar que a estabilidade ocasionada pela impossibilidade de alteração da decisão judicial imposta a Paulo está relacionada ao direito à segurança jurídica.
- 78** O direito à vida e do direito à propriedade são direitos humanos que recebem proteção ilimitada do ordenamento jurídico brasileiro, especialmente no texto constitucional.

Julgue os itens a seguir, acerca do uso da força pelos encarregados da aplicação da lei, com base na apostila Direitos Humanos do curso de formação profissional.

- 79** O princípio da necessidade, no caso de uso da força na aplicação da lei, diz respeito à exigência de se restringir o exercício do poder a situações em que se deseja alcançar um objetivo legítimo e o uso da força e(ou) de armas de fogo a circunstâncias em que meios menos agressivos forem incapazes de permitir chegar a esse objetivo.
- 80** O uso da força pelos encarregados da aplicação da lei conforma-se aos parâmetros do modelo conhecido como FLETC, que estabelece cinco níveis em que são combinados os itens percepção do policial, alternativa para o uso legal da força e resposta do policial.

